

POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA CONSELHEIROS: AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA EM ALAGOAS

Javan Sami Araújo dos Santos
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
javansami@hotmail.com

RESUMO

A proposta deste projeto de pesquisa é analisar os impactos da gestão democrática nas escolas e sistemas municipais de educação da rede pública em Alagoas, concernente a atuação dos órgãos colegiados. Estudos mostram que no Estado as experiências aconteceram no município de Maceió, a partir de 1993, com uma política implantada no modelo de gestão educacional democrático e se estendeu à rede pública estadual de ensino em 1999. Mas, sem uma apreciação sobre a capacidade participativa de conselheiros no processo de gestão democrática. Diante do exposto, a pesquisa parte da seguinte questão central: as políticas públicas educacionais do Governo Federal, por meio de seus programas, têm sido eficazes na melhoria dos processos de fortalecimento da gestão democrática em Alagoas? Tais estudos abarcam contribuições de Paro (2007); Lück (2002); Cury (2000); Pazetto e Whitman (1999) que afirmam existir inúmeras faces da gestão democrática na realidade escolar brasileira. Portanto, este projeto de pesquisa, de natureza quali-quantitativa, partirá do estudo bibliográfico, da análise documental e de conteúdo como abordagens metodológicas e, utilizar-se-á de visitas, observações, entrevistas e depoimentos como técnicas e instrumentos de coleta de dados para evidenciar que a sociedade civil organizada pode se valer da gestão democrática e gerir (no sentido de cogestão) uma escola ou sistema de ensino por meio da participação coletiva, visando dessa forma, a melhoria na qualidade da educação.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Educação. Gestão Democrática. Participação. Conselho Municipal de Educação.

INTRODUÇÃO

A proposta deste projeto de tese é analisar os impactos da gestão democrática nos sistemas municipais de educação da rede pública em Alagoas, concernente a atuação dos órgãos colegiados. Estudos mostram que no Estado as experiências aconteceram no município de Maceió, a partir de 1993, com uma política implantada no modelo de gestão educacional democrático e se estendeu à rede pública estadual de ensino em 1999. Mas, sem uma apreciação sobre a capacidade participativa de conselheiros no processo de gestão democrática.

Na década de 1980, no Brasil, a sociedade civil dá início a um movimento cujo principal objetivo era romper com o modelo autoritário de Estado e de gestão pública, por meio da recomposição da democracia, como princípio norteador das relações sociais. À medida que este processo se ampliou foi se consubstanciando uma forma de gerir as políticas públicas que vai, aos poucos, diminuindo as distâncias entre os cidadãos e o Estado.

No campo da educação, ante este contexto, emergem os conselhos municipais de educação, os quais, inseridos no modelo de conselhos de políticas sociais, carregam também especificidades inerentes ao seu campo de atuação. Os conselhos de educação não são novidades, existem de longa data e estiveram sempre muito imbricados com a organização da educação brasileira, bem como, com o seu processo de democratização.

Historicamente, os conselhos de educação foram concebidos independentemente da sua concretização ou não, como instrumentos de democratização do sistema educacional. Na contemporaneidade, exercem a função de “Estado Maior” da educação para atuar taticamente na gestão dos sistemas de ensino, conferindo às políticas educacionais e sua implementação a continuidade da ação do Estado e a representatividade da vontade nacional, acima e além da rotatividade dos dirigentes e suas vontades singulares (BORDIGNON, 2002). Assim, a história dos conselhos de educação situa-se no campo da gestão pública e encontra seu fio condutor nos processos de democratização e descentralização, cujo eixo central é o poder.

Diante do exposto, a pesquisa parte da seguinte questão central: as políticas públicas educacionais do Governo Federal, por meio de seus programas, têm sido eficazes na melhoria dos processos de fortalecimento da gestão democrática em Alagoas? Estudos (LORD, 2005; BUENO, 2009) realizados na área de políticas e gestão educacional no Brasil têm demonstrado que a variável formação de conselheiros é um elemento fundamental para que se concretize a gestão democrática da educação.

O fato é que temos percebido a multiplicidade de estudos sobre gestão democrática, mas poucos ainda analisam as interfaces entre as políticas públicas educacionais para o fortalecimento da gestão democrática com a atuação dos órgãos colegiados na educação. Isso porque, segundo um levantamento realizado por Martins (2008; 2010) no livro intitulado: “Estado da Arte: Gestão, autonomia e órgãos colegiados”, percebeu-se que há ausência de estudos que examinam a legislação ou os programas e projetos governamentais e suas repercussões nos órgãos colegiados para a contribuição da democracia nos sistemas de ensino. Afirmando que os estudos que tratam dos órgãos colegiados ainda são poucos diante de sua relevante necessidade.

Enquanto nós proferimos que valorizamos uma sociedade democrática, as mesmas instituições de que se espera que formem cidadãos democráticos – nossas escolas – se afastaram bastante dessa missão central. Atualmente têm-se falado de “intervenção estatal” em escolas que fracassam nas avaliações externas e têm seus índices educacionais baixíssimos, mas é inimaginável que uma escola sofreria essa medida porque fracassou em preparar seus formandos para a cidadania democrática. E neste sentido, se faz necessário rememorar pilares da escola pública, quando se afirmava que “só existirá Democracia no Brasil no dia em que se montar no país, a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública”. Anísio Teixeira (Manifesto dos Pioneiros, 1932).

Então, porque escolhi esse tema? Por vários motivos. Mas, o principal deles diz respeito à realidade alagoana. Além da firme cultura política oligárquica, durante o regime militar (1964-1985) o Brasil viveu um período de redução dos direitos de cidadania e de politização. Com o movimento de democratização do país e com o reconhecimento universal de que não há desenvolvimento exclusivamente no campo econômico, sem concomitante desenvolvimento social e político, a questão da educação política e para a democracia se tornaram de fundamental importância. Hoje, podemos afirmar que a cidadania é uma ideia em expansão; no entanto, a ação política continua desvalorizada e o cidadão pode ser visto apenas como o contribuinte, o consumidor, o reivindicador de benefícios individuais ou corporativos, e não do bem comum.

Portanto, na perspectiva da gestão democrática, o sistema que implanta o fortalecimento de conselheiros municipais, deve pensar políticas públicas e educacionais, seja a nível macro ou micro, que proporcionem uma estrutura adequada aos atores sociais, com instrumentos e mecanismos articulados com uma proposta de gestão participativa com pressupostos, práticas e atitudes que tenham como ponto de partida soluções para as demandas específicas das escolas, dos sistemas de ensino e quiçá da sociedade.

METODOLOGIA

Diante das fontes e referências teóricas apresentadas ao longo do texto, metodologicamente, este projeto de pesquisa, de natureza quali-quantitativa, partirá do estudo bibliográfico, da análise documental e de conteúdo e utilizar-se-á de visitas, observações, entrevistas e depoimentos como técnicas e instrumentos de coleta de dados.

Para tanto, utilizaremos da pesquisa bibliográfica, material já publicado constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente qualificados disponíveis na

internet. Nos aspectos quantitativos, usaremos dados referentes aos números de participantes das formações, analisando quantidades de cursistas matriculados, concluintes, evadidos, reprovados e profissionais envolvidos no funcionamento dos cursos, entre outros dados que possam ser quantificáveis.

A opção pela análise documental, ainda que não suficiente para o alcance dos objetivos propostos, torna-se indispensável para a compreensão das informações factuais, para a descrição de acontecimentos e para a compreensão da base histórico-filosófica e estrutural do processo de democratização da gestão democrática por meio de políticas públicas, isto porque, de acordo com Popkewitz (1997, p. 30) “o passado intromete-se no presente como fronteiras dentro das quais ocorre a escolha e as possibilidades se tornam disponíveis”.

Uma vez que muitos aspectos do projeto não poderão ser esclarecidos apenas com a análise documental, buscar-se-á o aprofundamento desses pontos através da técnica da entrevista, a qual se configura como um ótimo recurso para a compreensão das contradições e sutilezas presentes na distância entre o discurso oficial e a realidade apresentada pelos dados quanti-qualitativos analisados.

Embora exista uma vasta taxionomia sobre os tipos de entrevista, distinguindo-se pelo grau de controle exercido pelo entrevistador sobre o diálogo, opta-se, neste trabalho, pela realização da entrevista do tipo semiestruturada, a qual, segundo Laille e Dionne (1999, p. 188), define-se como uma “série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento”. A flexibilidade e o respeito aos próprios entrevistados enquanto sujeitos ativos da pesquisa mostraram-se aspectos fundamentais para a compreensão dos objetivos traçados, uma vez que a análise do tratamento dado à gestão democrática na participação de órgãos colegiados, para além do explícito em fontes documentais, pressupõe a escuta da percepção, consciente ou não, que os sujeitos têm sobre ela.

Para a análise do *corpus* oriundo da pesquisa empírica, a perspectiva da abordagem metodológica adotada pautar-se-á, na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1988). Segundo Bardin (1988, p. 31) “A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Seu objetivo central é produzir inferências sobre os elementos constituintes do processo de comunicação. Sendo assim, as categorias de análise “Políticas Públicas de Educação”, “Gestão Democrática”, “Participação”, Conselho Municipal de Educação” e “Programa Pró-Conselho” serão importantes para se buscar dentre as falas dos sujeitos, pontos que são significantes ao objeto investigado. Até porque, a compreensão do pesquisador diante da problemática suscitada após a análise preliminar dos dados das

entrevistas precisam de embasamento teórico que respalde, explique, exemplifique, ratifique os dados coletados a partir das entrevistas e o posicionamento do pesquisador. De acordo com as próprias palavras de Bardin (1988, p. 44), “visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares”. Ou seja, “por trás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar.” (BARDIN, 1988. p.14).

A análise dos dados pode ser realizada por meio da “análise de conteúdo” (BARDIN, 1977; PEREIRA, 1998; VARGAS, 1998). Sob estes referenciais pode-se utilizar duas técnicas: a análise temática e a análise das relações. Na primeira, o tema é considerado uma unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. Por exemplo, o texto sobre a política educacional e/ou gestão educacional podem ser recortado em ideias constituintes, em enunciados (títulos e subtítulos) e em proposições portadoras de significados isoláveis. Assim, fazer a análise temática consisti em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação entre os textos e cuja presença ou frequência de aparição de certos temas podem significar alguma coisa tendo em vista o problema de pesquisa e os objetivos elencados para a investigação. Já a segunda, empreende-se à análise da relação entre os “núcleos de sentido” retirados dos textos sobre a política e a problemática da pesquisa. Nesta segunda técnica busca-se identificar as engrenagens universais, a organização subjacente, o sistema de relações, as regras de encadeamento, de exclusão e de equivalência nas mensagens dos textos. Por esta via, busca-se então, compreender as estruturas universais não explícitas da política a partir da ocultação de sua rede de significados. Na perspectiva da análise das relações (PEREIRA, 1998), o conteúdo do texto da política (seus significados) passa, necessariamente, pelo contexto e circunstâncias em que este foi produzido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que compreendamos a implementação dos processos de gestão democrática no bojo educacional, bem como seus mecanismos e as políticas públicas do Governo Federal voltadas para o âmbito da educação, principalmente através dos objetos de estudo que este projeto propõe analisar, é necessário que façamos o levantamento das concepções teóricas sobre o Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Gestão Democrática, a fim de fundamentarmos nossa discussão.

Dalmo Dallari, em seu livro *Elementos da Teoria Geral do Estado*, a respeito de sua origem e formação, levantou três aspectos sobre a teoria do aparecimento do Estado. Esses aspectos nos remetem ao entendimento de que primeiro surge à ideia na qual tanto o Estado como a Sociedade sempre existiram. Contrariando esse pensamento, surge então o segundo aspecto, segundo o qual, a sociedade sempre existiu sem o Estado, o criando em um determinado momento histórico e a partir de uma série de fatores que culminaram em seu surgimento. Por fim, uma terceira perspectiva de que o Estado é uma sociedade política bem definida e que como tal, possui suas próprias características, dentre elas as que visam a boa convivência entre os indivíduos que a compõem (DALLARI, 2005, p.53).

O ponto norteador deste projeto de pesquisa será o do Estado surgindo através das necessidades econômicas dos homens e não pelo seu “estado de natureza”; sobre este aspecto, Dallari (2005, p.55), afirma que o Estado teria sido formado para se aproveitar dos benefícios da divisão do trabalho, integrando-se as diferentes atividades profissionais, caracterizando-se assim, o motivo econômico.

Os teóricos que tiveram maior impacto com suas ideias sobre a constituição do Estado por forças econômicas são Karl Marx (1998) e Friedrich Engels (2002). Suas concepções foram formadas em plena expansão da revolução industrial do século XIX por estudiosos que tentaram compreender à luz de suas teses, novas concepções sobre o surgimento do Estado, destacando dessa forma, autores como Gramsci (2004), Mészáros (2005), Althusser (1987), Poulantzas (1977), entre outros.

Tendo como finalidade representar e atender aos interesses de um determinado grupo social, o Estado se desenvolveu estruturalmente e adquiriu algumas características que são provenientes de sua essência, como atender aos interesses da classe mais forte. Em sua relação com a sociedade civil, os estudos sobre as suas matrizes históricas são bastante similares, pois das teorias sobre seu surgimento, consta uma tese que remonta sua origem através das necessidades dos indivíduos, só que no princípio, tais interesses eram de se relacionarem educadamente uns com os outros, respeitando seus espaços, o que criaria uma exímia conduta moral.

Analisando a sociedade civil como um grupo que não está dentro da superestrutura que é o Estado e ao inserimos então como parte integrante da infraestrutura, Bobbio (1991), descreve três diferentes situações que envolvem a condição da Sociedade Civil como infraestrutura e do Estado como superestrutura, pois

Nas três diversas acepções o não estatal assume três diversas figuras: a figura da pré-condição do Estado, ou melhor, daquilo que ainda não é estatal, na primeira, na antítese do Estado, ou melhor, daquilo que se põe como alternativa ao Estado, na segunda, da dissolução e do fim do Estado na terceira (BOBBIO, 1991, p.35).

Partindo desse entendimento, no meio da Sociedade Civil pode se originar também as manifestações que lutarão pelas mudanças nas relações entre as classes, como um grupo de indivíduos que possuem afinidades e interesses em comum e que não fazem parte diretamente do Estado, mas que podem contribuir para o desenvolvimento deste através de sua posição ideológica e de suas lutas pelos cumprimentos das obrigações do Estado. Nesta perspectiva, Neves (2005), Campos (1988), Saviani (2008), Gómez (2003), Laval (2003), Ballestrin e Losekann (2013) são autores que confirmam a conceituação.

Estando, pois, a Sociedade Civil fora do que não é regulado pelo Estado, ou seja, não pertencendo diretamente à superestrutura, poderá exercer o papel fiscalizador das ações do Estado. Tal papel se dá por meio de uma sociedade organizada, por meio de seus vários grupos que lutam pelos seus direitos omitidos nos setores em que julguem haver omissão ou falta de políticas públicas.

Utilizando como fundamentos para análise tudo o que foi exposto sobre Estado, Sociedade Civil e Gestão Democrática entendendo o alto grau de complexidade entre suas relações, não podemos compreender as políticas públicas apenas como sendo um instrumento utilizado pelo Estado para a dissolução de conflitos. Existem muitos fatores em volta das tomadas de decisão do governo que proveem de aspectos conflituosos e que privam sua maneira de mediar e resolver seus problemas com total autonomia, já que em sua composição, existem grupos sociais distintos que estão a todo o momento procurando ter seus interesses representados por sua figura.

As políticas educacionais, por exemplo, são frutos das ações adotadas pelo Estado e é por meio destes conflitos que ocorrem na sociedade, mas precisamente no campo social da educação que Almerindo Janela Afonso, diz ser:

Políticas que expressavam uma ampla autonomia de decisão do Estado, ainda que essa autonomia fosse, necessariamente, a resultante das relações (complexas e contraditórias) com as classes sociais dominantes, e fosse igualmente sujeita às demandas das classes dominadas e de outros actores colectivos e movimentos sociais (2001, p.16).

Portanto, é neste sentido que para a efetivação da gestão democrática existem vários mecanismos de decisão partilhada, inclusive para o fortalecimento de espaços de participação e luta pela progressiva autonomia, pois “têm sido as características mais distintas das políticas educacionais para os sistemas de ensino que aceitam o desafio de democratizar”. (PARO, 2007, p. 02). E mais, segundo Veiga e Carvalho (1995, p. 21) “o grande desafio da escola ao construir sua autonomia, deixando de lado seu papel de mera “repetidora” de programas de “treinamento”, é ousar assumir o papel predominante na formação dos profissionais”. Para Veiga (1995, p.18) “A participação democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder, tendo em vista sua socialização”. E ainda que seja, precisamos nos munir do entendimento de que, “diminui o individualismo e contribui com órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais da qual a escola é mera executora”. (VEIGA, 1995, p. 18).

Nessas condições, os órgãos colegiados podem ser disseminadores da maneira que visa o amadurecimento coletivo, não somente nas ações pedagógicas, mas partindo de uma compressão política sobre as decisões coletivas dos anseios e conquistas de um sistema de ensino, assim sendo, proporcionando avanços educacionais no Estado e onde está inserida a escola.

Assim sendo, o papel de cada ator da sociedade na prática dos órgãos colegiados deve ser garantido pelas articulações cabíveis da mobilização das equipes gestoras e de professores, pois podem nesta participação atuarem e ao mesmo tempo em que gestam as escolas ou sistemas de ensino, aperfeiçoarem as relações do convívio na contribuição da qualidade educacional. Destaco também, a atenção para outro problema pouco salientado em estudos sobre políticas educacionais em relação à influência do setor privado no setor público, pois sob a concepção do “gerencialismo” (MULLER; SUREL, 2002), os grupos organizados que influenciam nas políticas públicas são considerados simplesmente uma soma de indivíduos no qual cada um busca realizar o seu auto interesse através da pressão que exerce para a imposição de pontos de vista particulares na ação pública.

CONCLUSÕES

A gestão da educação precisa acontecer de forma democrática para que se faça necessária a participação de todos os sujeitos inseridos no contexto municipal e estadual. Sendo assim, ela necessita da colaboração de todos, pois ao longo do tempo, professores das mais diversas áreas manifestaram opiniões acerca da participação para uma democracia mais autônoma, crítica e descentralizadora.

Um outro elemento importante a salientar é sobre o papel fundamental do Estado na formação de identidades sociais, pelo menos na construção da cidadania nacional. Neste sentido é preciso lembrar o fato de que a organização do Estado brasileiro (FAORO, 1995; FEDOZZI, 1999) se deu sob uma tradição que cultua uma gestão pública do tipo patrimonialista de cunho autoritária e clientelista formando identidades sociais permeadas por estes valores. Levando-se em conta este aspecto, a formação para uma identidade democrática (como é a proposta de formação de conselheiros) vinculada a uma ação do Estado tem sido historicamente repelida.

Estudos mostram que no Estado de Alagoas as primeiras experiências de gestão participativa e democrática no contexto da sociedade política quanto da sociedade civil aconteceram no município de Maceió a partir de 1993 com a formulação de uma política voltada para a implantação do modelo de gestão educacional democrático na rede municipal de ensino (LIMA, 2003; ARAÚJO, 1997) e se estendeu à rede pública estadual de ensino em 1999 (CRUZ NETO, 2008), mas sem uma análise das relações da atuação dos órgãos colegiados no processo de gestão democrática (SANTOS, 2012, 2014; PRADO, 2016).

Portanto, a Gestão Democrática não se simplifica apenas em decisões a respeito de aspectos e ações secundárias da unidade de ensino como elaboração do Projeto Político Pedagógico ou pelo fortalecimento do Conselho Escolar. Necessita envolver análises das dificuldades e sucessos em busca de soluções coletivas pelo Conselho Municipal de Educação. Desse modo, com a obrigatoriedade deste princípio de gestão democrática, surge a necessidade da mudança da forma como ela é vista, já que toda a sociedade civil organizada se torna coparticipe deste processo de gerenciamento nas práticas educacionais, tendo importante papel em seu planejamento, avaliação e implantação de ações e metas.

Diante da iminente necessidade do entendimento para formar sujeitos mais democráticos e participativos na educação, este projeto visa contribuir com a melhoria da teorização na prática e suas conjecturas para a sociedade, pois propõe compreender o funcionamento das políticas públicas educacionais realizadas pelo Governo Federal em Alagoas que objetivam o desenvolvimento dos processos de fortalecimento da gestão democrática, tendo como objetos de avaliação o Curso de Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Educação.

Acerca da nova conjuntura do Brasil, que se baseia em investimentos e criações de programas e políticas na educação, Libâneo (2012, p.172), enfatiza que há ações de expansão para a oferta de educação. Tais políticas públicas educacionais também têm por objetivo, amenizar o alarmante quadro da educação brasileira, como também, garantir a melhoria das

condições didáticas e pedagógicas. Ademais, em nosso país criam espaços para a participação efetiva da sociedade civil nos processos de discussão, elaboração e implantação destes programas e ações do governo, já que ao longo das últimas décadas, as instâncias governamentais têm explicitado em seus planos de governo, definições estratégicas que redirecionam as políticas educacionais com o objetivo de resolver problemas de gerenciamento que comprometem a qualidade da educação brasileira.

Outro problema que aparece com frequência em pesquisas (AZEVEDO, 2001; PERONI, 2003; OLIVEIRA, 2007) sobre políticas e gestão educacional no Brasil diz respeito à constatação de que existe na atualidade um movimento na sociedade capitalista que introduz na agenda dos Estados nacionais em âmbito global um modelo de gestão pública norteado por pressupostos oriundos de organismos internacionais e baseados em paradigmas do sistema econômico. Trata-se de estratégias governamentais orientadas por métodos e técnicas do setor privado para a gestão do setor público cuja ação recai sobre uma administração voltada para o critério de eficiência gerencial, no sentido de racionalizar processos de gestão com o objetivo de minimizar custos para os governos. Estas práticas, quando adotadas em ações governamentais, são apontadas como um grande retrocesso às conquistas, em especial a gestão democrática do ensino público, dos movimentos sociais e educacionais emergentes na década de 1980 e consagradas no ordenamento legal.

Diante do exposto, a pesquisa parte da seguinte questão central: as políticas públicas educacionais do Governo Federal, por meio de seu programa para conselheiros municipais, têm sido eficazes na melhoria dos processos de fortalecimento da gestão democrática em Alagoas? Ante ao questionamento, em que medida uma política governamental produz estratégias de gestão pública que configurem a minimização dos efeitos engessadores na “coisa pública” e nos fenômenos sociais na ação pública, é o motivo deste objeto de pesquisa. Portanto, fui movido pelo interesse em aprofundar o entendimento sobre a política nacional de formação de conselheiros, que justifico a necessidade de pesquisar sobre o referido tema neste projeto de tese.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **Educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

AFONSO, Almerindo Janela. **Reforma do estado e políticas educacionais e a emergência da regulação supranacional**. Educ. Soc., Campinas, v. 22, n. 75, 2001. <Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 02 de mar. de 2018>.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

ARAÚJO, Sergio Onofre de. **Gestão Democrática?** Os desafios de uma gestão participativa na educação pública em uma sociedade clientelista e oligárquica. Maceió: EDUFAL, 2007.

BALLESTRIN, Luciana; LOSEKANN, Cristiana. **A abertura do conceito de sociedade civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global**. Revista Colombia Internacional 78, maio a agosto de 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Norberto Bobbio; tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BORDIGNON, Genuíno. Natureza dos conselhos de educação. **Revista Educação Brasileira**, Brasília, v. 22, n. 45, jul./dez, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Res. nº 12, de 25 de abril de 2008**. Brasília. 2008.

BUENO, Darci. **Conselhos Municipais de Educação na instituição dos sistemas municipais de ensino do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, PPGEDU/UFRGS (Dissertação de Mestrado) 2009.

CRUZ NETO. Tiago Leandro. **Planejamento Educacional e Participação Democrática: um estudo sobre a rede pública estadual de ensino em Alagoas (1999-2004)**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). UFAL: Maceió, 2008.

DALLARI, Dalmo de A. **Elementos da teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 1995, vol. II.

FEDOZZI, Luciano. Orçamento participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. **Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999**.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos (1910 – 1920)**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LAVALLE, Ádrian Gurza. **Sem pena nem glória: o debate sobre a Sociedade Civil nos anos 1990**. Revista Novos Estudos. CEBRAP, nº66, junho, 2013.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIBÂNIO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Vera Lúcia França de. **Pelos caminhos da democratização: Possibilidades e implicações na educação Municipal de Maceió 1993/1996**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 2003.

LORD, Lúcio. **Conselho municipal de Porto Alegre: estrutura, funcionamento e papel político-pedagógico**. Porto Alegre, UFRGS/PPGEDU (Dissertação de Mestrado), 2005.

MARTINS, A. M. **Aspectos organizacionais e dinâmicos na gestão da escola pública: dilemas e conflitos**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p.135-152, 2008.

MARTINS, A. M. **Estudos em políticas educacionais: uma discussão metodológica**. In: MARTINS, A. M., WERLE, F. O. C. (Org.). Políticas educacionais: elementos para reflexão. Porto Alegre: Redes, 2010. p. 21-48.

MARX, KARL; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. SP: Martins Fontes, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MULLER, Pierre. SUREL, Yves. **A análise de políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia**. In: (org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Dalila de A. **Participación e incidencia de la sociedad civil em las políticas educativas: el caso brasileiro**. 1ª.Ed. Buenos Aires: Fundación Laboratorio de Políticas Publicas, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PEREIRA, Luisa H. **A análise de conteúdo: um *approach* do social**. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, PPGS/UFRGS, 1998, v.9.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

POPKEWITZ, Tomas S. **Reforma educacional: uma política sociológica? poder e conhecimento em educação**. Trad. Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SANTOS, Javan Sami Araújo dos.; PRADO, Edna Cristina do.; **A indissociabilidade teoria e prática na gestão democrática em alagoas: uma análise dos planos de ação do curso de extensão em conselhos escolares**. **Revista Gestão e Avaliação Educacional (REGAE)**, Santa Maria, v.5, n. 9, jan./jun. 2016. p. 63-73.

SANTOS, Javan Sami Araújo dos. **Coletivamente: Análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Professores em espaços de formação [recurso eletrônico]: mediações, práxis e saberes docentes / V Encontro Nacional das Licenciaturas, IV Seminário Nacional do PIBID. Natal: EDUFRN, 2014.

SANTOS, Javan Sami Araújo dos. **GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Interfaces, Possibilidades e Limites no Processo de Democratização nas Escolas da Rede Pública Municipal e Estadual de Maceió/AL.** 2012.1. 117 folhas. **Trabalho de Conclusão de Curso [TCC]** (Pedagogia Licenciatura - Educação) - Universidade Federal de Alagoas (UFAL - Campus A. C. Simões), Maceió/AL.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** Campinas: Autores Associados, 2008.

VARGAS, Soraya. **Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados.** Cadernos de Sociologia, PPGS/UFRGS, Porto Alegre, 1998, v. 9.

VEIGA, Ilma P.A. (Orgs). **Projeto Político Pedagógico da escola: Uma construção possível.** Campinas/SP: Papyrus, 1995.